



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos

A RELAÇÃO ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E CIDADANIA NA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO LGBTI+ EM SITUAÇÃO DE RUA

EVELYN SERRA PARENTE ¹

RESUMO

O trabalho pretende elucidar a complexidade que permeia as relações entre o governo e os movimentos sociais de defesa das pessoas LGBTI+ na implementação de projetos de proteção em meio a pandemia da COVID-19. Em consonância, espera-se orientar as intervenções para a proteção social de travestis e de mulheres trans em situação de rua, sugerindo intervenções reais e políticas públicas eficazes.

Palavras-chave: Estado; sociedade civil; situação de rua; população LGBTI+.

ABSTRACT

This current paper intends to enlighten the complexity that pervades the relations between the government and the social movements that protect LGBTI+ people in the implementation of protection projects amidst the pandemic of COVID-19. Accordingly it is hoped to guide interventions for the social protection of transvestites and Trans women in street situation, suggesting real interventions and effective public policies.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Fluminense

Keywords: State; civil Society, street situation; LGBTI+ population.

INTRODUÇÃO

É fundamental a existência de órgãos públicos ou privados que auxiliem na manutenção da vida e na qualidade de vida de pessoas em vulnerabilidade perante a sociedade, pessoas estas que destoam do que o senso comum dita como normal. A maior parte das pessoas que compõe a população LGBTI+ sofre inúmeras exclusões durante suas vidas, exclusões familiares, trabalhistas, amorosas e principalmente governamentais, sendo a última a mais inadmissível. O governo precisa dar condições dignas para qualquer pessoa viver, estando a população sob sua responsabilidade, portanto a educação, saúde e segurança de pessoas da comunidade LGBTI+ são responsabilidades do Estado. Entretanto, sabe-se que na realidade o Estado é talvez o primeiro a excluir tais pessoas, por isso a necessidade tão gritante de movimentos sociais que cuidem dessas minorias.

Parece claro, porém, que o debate político sobre cidadania e direitos humanos da população LGBT no mundo é hoje um dos temas centrais da agenda política dos direitos sexuais, como se observa nos debates produzidos no âmbito do Diálogo Latino-Americano sobre Sexualidade e Geopolítica, realizado em 2009, no Rio de Janeiro (Corrêa e Parker, 2011), e quando da aprovação pelo Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) do Projeto de Resolução 17/2011, intitulado “Direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero”, em decorrência do aumento da visibilidade da violência homofóbica no mundo. (MELO, 2012)

A criação do Centro Provisório de Acolhimento à população LGBTI+, que atende à 50 pessoas em situação de rua, muitas destas vítimas de violência representa uma conquista para a população LGBTI+ em situação de rua no município do Rio de Janeiro. É preciso ressaltar que o município do Rio de Janeiro passou por momentos conturbados durante uma gestão marcada pela influência da “Bancada Evangélica” representada pelo então prefeito Marcelo Crivella. Além disso, o mundo passava pela pandemia da COVID 19, e foi em meio a este cenário que o município inaugurou em 28 de junho de 2020, dia Internacional do Orgulho Gay, a primeira unidade municipal para acolhimento de pessoas LGBTI+ em situação de rua e vulnerabilidade social, da qual participei na função de diretora.

Tal conquista se deve ao fato de que os movimentos sociais e a opinião

pública pressionaram os governos para que fossem criadas estratégias de acolhimento institucional para pessoas em situação de rua. O Centro Provisório de Acolhimento CPA4 foi inaugurado com o desafio de superar a LGBTFOBIA e a intolerância religiosa, pois representa um importante passo na garantia de direito desses sujeitos, com o objetivo de amenizar as injustiças sociais e despertá-las para a necessidade de sua participação ativa para a transformação social.

A partir desse apontamento este trabalho pretende cumprir algumas etapas, antes de partir para a discussão principal, em primeiro lugar é preciso esclarecer alguns importantes conceitos em relação à população LGBTI+, depois pretende-se evidenciar a relação entre o Estado e a sociedade civil. Feitos os esclarecimentos sobre conceitos que dão base e sustentação para este trabalho, será iniciada a discussão sobre políticas públicas para o atendimento à população LGBTI+ em situação de rua. Por fim, espera-se orientar as intervenções para a promoção e proteção social de travestis e de mulheres trans em situação de rua.

DESENVOLVIMENTO

Conceitos iniciais importantes

Para iniciar a discussão sobre o tema, é necessária a distinção entre sexo, gênero e identidade de gênero, além de uma breve discussão sobre estes conceitos. Pode-se dizer que sexo está relacionado às distinções anatômicas e biológicas entre homens e mulheres. O sexo é referente a alguns elementos do corpo como genitálias, aparelhos reprodutivos, seios, etc. Gênero é o termo utilizado para designar a construção social do sexo biológico. Este conceito faz uma distinção entre a dimensão biológica e associada à natureza (sexo) da dimensão social e associada à cultura (gênero).

Apesar das sociedades ocidentais definirem as pessoas como homens ou mulheres desde seu nascimento, com base em suas características físicas do corpo (genitálias), as ciências sociais argumentam que gênero se refere à organização social da relação entre os sexos e expressa que homens e mulheres são produtos do contexto social e histórico e não resultado da anatomia de seus corpos. As maneiras como homens e mulheres se comportam correspondem a aprendizados

socioculturais que nos ensinam a agir de acordo com prescrições de cada gênero. As representações de gênero são distintas de uma cultura para outra, sendo um dos objetivos dos estudos de gênero e das ciências sociais analisar a diversidade de expressões em diferentes grupos e locais, identificando e desnaturalizando tais padrões.

Já a identidade de gênero é a experiência subjetiva de uma pessoa a respeito de si mesma e das suas relações com outros gêneros. Não depende do sexo biológico da pessoa, mas de como ela se percebe. Essa identidade pode ser binária (homem ou mulher), mas também pode ir além dessas representações e rechaçar ambas as possibilidades de reconhecimento, sendo assim pessoas não-binárias (todos os outros gêneros).

As pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado no momento do seu nascimento são chamadas de cisgêneros. Ou seja, da perspectiva social, política, científica e jurídica, uma pessoa cisgênero é vista como “alinhada” dentro de seu corpo e de seu gênero. Este termo foi criado para destacar politicamente quem é trans e quem não é, e para jogar luz na estrutura social que invisibiliza as pessoas trans.

Ainda de acordo com o autor, os conceitos relacionados com o gênero, uma vez estabelecidos como um conjunto de referências e normas, estruturam tanto a percepção quanto a organização concreta e simbólica das relações sociais. Dessa forma, pode-se dizer que as convenções hegemônicas que associam o sexo biológico à identidade de gênero regulam e produzem mecanismos de coerção e submissão a padrões normatizados socialmente o que, além de gerar diferentes posições de poder na vida em sociedade, conduzem ou podem conduzir a situações de vulnerabilidade social.

As relações sociais

Neste segundo momento é necessário esclarecer a relação que o Estado desempenha em relação à sociedade civil e a que ela desempenha em relação aos seus variados grupos, por isso, essa seção se debruçará nesta questão. Em consonância com sua formação marxista, Gramsci fez importantes análises da sociedade capitalista e suas contradições, bem como do papel do Estado na

sociedade capitalista. Para Gramsci, o Estado desempenha um papel central na formação do assalariado adaptando-o aos progressos das forças produtivas, pois seu papel é conformar as massas aos novos processos de produção material e ao mesmo tempo forjar “novos” tipos de homens. Nas palavras do autor “a missão da educação e da formação das nações é sempre criar novos e superiores tipos de civilização e adaptar a ' civilização ' e a moralidade das massas mais amplas às demandas do desenvolvimento contínuo da economia. O aparato de produção, assim, também refinava fisicamente um novo tipo de homem” (GRAMSCI, 1991, p. 91).

Os novos elementos das formações sociais de seu tempo, a natureza dinâmica da burguesia e o papel educativo e formador do Estado, não levaram Gramsci a se desviar do quadro marxista clássico. Ao contrário, no movimento dialético de superação, não nega a contribuição dos antecessores, pois inclui também em sua análise o progresso das forças produtivas e a socialização da participação política, a formação de partidos de massa e alianças de classe, a conquista de sufrágio comum. A crescente participação e organização das massas deu origem ao que Gramsci chamou de "sociedade civil" que, segundo Coutinho, "compreende a rede escolar, igrejas, partidos políticos, sindicatos, organizações profissionais, organizações materiais culturais, revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa etc." (COUTINHO, 1992, p. 76)

Gramsci continuou a trabalhar com as identidades de classe e os elementos repressivos presentes em cada aparelho estatal, que passou a chamar de "sociedade política" ou "Estado no sentido estrito da palavra". Assim, seu conceito ampliado de Estado pressupõe a existência de uma sociedade política e de uma sociedade civil, ambas operando no âmbito da superestrutura. O autor procurou estabelecer uma relação dialética entre os dois, "porque a hegemonia, embora ética e política, deve ser também econômica, e deve se basear na função decisiva da atividade econômica" (GRAMSCI, 1994)

Portanto, enquanto os deveres da classe interna "associação política" ou "estrito estado de consciência" é o uso da ditadura ou dominação pela força, mas na "sociedade civil" ela busca prevalecer, ou seja, convencer as massas de seus

projetos através direção e consenso. Coutinho argumentou que devido às diferenças que existiam há independência envolvida e ao mesmo tempo há uma unidade ou síntese entre as duas fronteiras. ("sociedade política" e "sociedade civil").

A independência entre as duas esferas se expressa não apenas na função que desempenham, mas também exibido no "conteúdo" social do casal. A "sociedade política" se apresenta à sociedade através do "aparelho de Estado coercitivo". Os atores civis da

"sociedade civil", Gramsci denominou mecanismos "privados" de hegemonia, ou seja, diferentemente do que ocorre na sociedade política, "a adesão a eles é voluntária e não coercitiva, tornando-os assim relativamente autônomos contra - contra o Estado no estrito sentido" (COUTINHO, 1996, pp. 54-55).

Coutinho procurou articular dialeticamente as duas esferas que constituíam a concepção de Estado de Gramsci, e o fez a partir do próprio Gramsci, quando afirmou em um trecho já citado que:

A supremacia de um grupo social se manifesta de duas formas: como dominação e como orientação intelectual. E moral. Um grupo social domina seus oponentes com tendência a liquidar ou submeter pela força; e é o líder de grupos semelhantes ou aliados. (COUTINHO, 1996, pp. 54-55).

Para Coutinho, a hegemonia parece ser uma síntese que unifica sem homogeneizar hegemonia e dominação.

A violência na vida nas ruas

O trabalho social para pessoas em situação de rua, revela que uma vez em situação de rua, as vulnerabilidades se agravam diante das precariedades e violências relacionadas ao viver nas ruas. "Morar na rua e ser trans é duas vezes mais preconceito", "É melhor apanhar de um só do que apanhar de todos" essas foram pequenas frases retiradas de relatos de duas mulheres em situação de rua. No que se refere às violências que se manifestam em conflitos e agressões, várias situações foram relatadas, que evidenciaram a violência como um dos elementos intrínsecos ao universo das pessoas em situação de rua. Na rotina de atendimentos no município do Rio de Janeiro, essas violências se concretizaram nas agressões e

ameaças por agentes públicos, por outras pessoas em situação de rua e por pessoas desconhecidas, na exploração pelo próprio parceiro, bem como em situações de assassinato e ameaças de morte.

Além disso, os relatos apontam que o parceiro/namorado das travestis e transexuais entrevistadas foram apontados como agentes perpetradores das violências sofridas. Na narrativa, várias mulheres trans evidenciaram que este segmento sofreu algum tipo de violência física ou ameaças praticadas pelos próprios parceiros de relacionamentos que começaram na rua. Não podemos deixar de citar também a violência policial, que está muito presente em diversas situações. As travestis acompanhadas pelo Centro de Referência Especializado para pessoas em situação de rua foram unânimes em afirmar que os policiais militares são violentos e praticam muitos abusos.

A partir de um estudo realizado pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transsexuais) com apoio de universidades como a Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Federal de São Paulo (Unifesp) e Federal de Minas Gerais (UFMG) foi criado um Dossiê de Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021. No dossiê estão reunidos números assustadores, tal como 140 assassinatos de pessoas trans no Brasil. Deste total, 135 tiveram como vítimas travestis e mulheres transexuais e cinco vitimaram homens trans e pessoas trans masculinas. O número foi menor do que o do ano anterior, quando foram registrados 175 assassinatos de pessoas trans. Mas foi superior ao de 2019, no período pré-pandemia, quando foram contabilizados 124 óbitos.

O número de 2021 está acima da média desde 2008, de 123,8 homicídios anuais de pessoas pertencentes a esse segmento. O Brasil foi, pelo 13º ano consecutivo, o país onde mais pessoas trans foram assassinadas. Em relação à distribuição geográfica, São Paulo foi o estado com mais homicídios (25), seguido por Bahia (13), Rio de Janeiro (12) e Ceará e Pernambuco (11). Além dos casos no Brasil, foram identificados dois assassinatos de brasileiras trans em outros países, um na França e outro em Portugal.

Além de números, o estudo levantou também algumas informações como os perfis das vítimas, que não puderam ser completamente traçados. Entretanto,

alguns dados puderam ser coletados, com informações sobre a idade das vítimas, em 100 casos 53% tinham entre 18 e 29 anos; 28% entre 30 e 39 anos; 10% entre 40 e 49 anos; 5% entre 13 e 17 anos e 3% entre 50 e 59 anos. Quanto à raça, 81% das vítimas se identificavam como pretas ou pardas, enquanto 19% eram brancas.

Além disso, o estudo também informa que as pessoas trans também sofreram intensamente os efeitos da crise sanitária, econômica e social da pandemia da covid-19, com dificuldade de acesso a auxílios governamentais e de obtenção de empregos em empresas. A pesquisa chama a atenção para a dificuldade de obtenção de dados. Isso ocorre pela ausência de um recorte que contemple as pessoas trans nas estatísticas de secretarias de segurança e de instituições de direitos humanos que recebem denúncias de violações, como no caso do Disque 100. Como aponta a autora do estudo, Bruna Benevides: Nos casos de assassinatos, muitas vezes esses dados se perdem nos próprios registros de ocorrência. Da mesma forma, nos laudos dos Institutos Médicos Legais, ignora-se a identidade de gênero da pessoa, se destoante do padrão sexual binário.

A unidade de acolhimento municipal na perspectiva da proteção social

Em primeiro lugar é preciso ressaltar a precariedade e a fragilidade de qualquer medida de acolhimento e ou modificação de vida de pessoas LGBTI+. De acordo com Melo:

Destaca-se o caráter recente do processo de institucionalização de políticas públicas para a população LGBT no Brasil, iniciado apenas em 2004, com a publicação do Programa Brasil sem Homofobia, num contexto em que as propostas apresentadas não mais se restringiam ao universo do combate à epidemia de aids, como ocorria até então. Todavia, ao longo dos últimos seis anos, as ações e programas esboçados pelo Governo Federal – e também pelos governos estaduais e municipais – parecem marcados pela fragilidade institucional e por deficiências estruturais, tendo em vista. (MELO, 2012)

A criação do Centro de Acolhimento à Pessoas LGBTI+ no município do Rio de Janeiro nasce através de uma demanda antiga do movimento social em defesa dos direitos LGBTI+, é reveladora de um processo muito incessante que há algum tempo vinha se despontando no município do Rio, que é a organização da sociedade civil. Trata-se de uma iniciativa de um aparelho local de Estado cujos

sujeitos que o idealizaram são oriundos da organização da sociedade civil. Desse modo, a sociedade civil é também constitutiva do conceito de Estado, conforme a concepção ampliada de Estado de Gramsci: "(...) por Estado deve-se entender, além do aparelho governamental, também o aparelho privado de hegemonia ou sociedade civil" (GRAMSCI, 1991, p. 147). Nesse sentido, a Unidade de Acolhimento foi um instrumento de avanço e também de interesse político na tentativa de suavizar a imagem de intolerância em ano eleitoral.

Além disso, a unidade de acolhimento visa também o empoderamento de seus usuários, de acordo com Baquero, empoderamento envolve vários aspectos, tais como os cognitivos, afetivos e de conduta. Dessa maneira, a unidade de acolhimento visa o empoderamento individual, que se refere ao aumento da capacidade dos indivíduos de se sentirem influentes nos processos que determinam suas vidas, e o empoderamento comunitário, que envolve um processo de capacitação de grupos ou indivíduos desfavorecidos para a articulação, conquista e defesa de seus interesses e de direitos de cidadania e para influenciar ações do Estado.

Acesso aos serviços do SUS e do SUAS pela população LGBTI+

O mapeamento feito pelo Centro POP Bárbara Calazans, através de pesquisa dos registros de atendimento à população LGBTI+ no município do Rio de Janeiro, identificou dificuldade no acesso aos serviços da rede socioassistencial. Os problemas enfrentados pela população LGBTI+ no que diz respeito ao acesso a serviços de saúde são particularmente mais dramáticos nos casos de travestis e transexuais, pois, além da reivindicação de atendimento especializado para demandas que não se colocam para outros segmentos populacionais, como alterações corporais associadas ao uso de hormônios e silicone, somase à transfobia institucional que incide sobre esse segmento populacional.

Entretanto, de modo geral, os achados deste mapeamento demonstraram que as usuárias conhecem, acessam ou são acessadas por vários serviços das redes SUS ou do SUAS. Várias entrevistadas relataram conhecer e já ter acessado

algum serviço do SUS, desde acessos pontuais aos Centros de Saúde até acompanhamentos sistemáticos e especializados, além de episódios de internação hospitalar. Quanto ao acesso aos serviços do SUAS, a maior parte referiu-se aos serviços específicos para a população em situação de rua. Entretanto, em ambas as redes, foram relatadas situações de violações de direitos a que estão submetidas no cotidiano dos serviços. Essas violações foram agrupadas e serão apresentadas como violência institucional, violência sexual e discriminação.

A violência institucional pode ser definida como aquela praticada nas instituições prestadoras de serviços públicos e é cometida por agentes que deveriam proteger os cidadãos garantindo-lhes uma atenção humanizada, preventiva e reparadora de danos. Nesse contexto, destaca-se o desrespeito ao uso do nome social por parte dos funcionários. Embora o Decreto Presidencial nº 8.727/2016 oriente sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal, autárquica e fundacional, as entrevistadas identificaram avanços, mas também citaram situações e locais em que o nome social não foi respeitado.

Como fatores que propiciam a violência institucional podemos citar a organização da oferta dos serviços em masculino e feminino e, conseqüentemente, o acolhimento institucional ou internação hospitalar a partir do sexo biológico se configuram como violência institucional na medida em que não respeitam a identidade de gênero. Além disso, a falta de privacidade e a precariedade dos banheiros coletivos nos abrigos institucionais foram relatadas por várias entrevistadas e apontadas como fatores que favorecem o assédio sexual. Deve-se ressaltar também que a estratégia de uso do banheiro adaptado para pessoas com deficiência pelas travestis e mulheres trans oferecida por alguns serviços assim como a ocupação de quartos isolados em hospitais, embora permitam maior privacidade, devem ser vistas com cautela, pois despersonaliza o sujeito, uma vez que, segundo Scott, o gênero é um constituinte primário de nossas relações sociais.

A discriminação relacionada com a identidade de gênero se concretiza nas ruas e também dentro dos abrigos para mulheres, onde algumas das entrevistadas estavam acolhidas. Os dados revelados através da escuta às pessoas LGBTI+ em

situação de rua, reafirmam a necessidade de ações afirmativas que garantam um espaço de acolhimento protegido para que não haja uma nova vitimização dentro das instituições do sistema de garantia de direitos.

Cabe ressaltar também que há relatos de experiências de sucesso na assistência e cuidado recebidos, a maioria das pessoas LGBTI+ defendem a permanência e ampliação destes espaços e declaram que não observam como uma experiência segregadora, mas como um avanço da luta pelos direitos. Entretanto, melhorias ainda podem ser implementadas, desta maneira as entrevistadas foram levadas a dar sugestões de melhorias e as que mais se destacaram foram a importância do respeito ao nome social, a necessidade de maior privacidade nos ambientes que frequentam e também de serem ouvidas para a busca de melhorias nas ofertas de serviços. Sobre possíveis modelos para o serviço de acolhimento institucional, não houve consenso, algumas posicionaram-se a favor da designação de quartos específicos para elas nos abrigos para homens. A experiência em abrigos femininos também foi citada como positiva, sugerindo que o abrigamento seja feito em conjunto com mulheres cis.

CONCLUSÃO

As dificuldades relatadas pelas pessoas LGBTI+ acompanhadas pelo Centro POP

Bárbara Calazans, no município do Rio de Janeiro, evidenciaram ser necessário aproximação e construção de relações de confiança, exigindo uma equipe transdisciplinar, com disponibilidade para se inserir nos diversos contextos em que as entrevistadas vivem. Além disso, a implementação da Unidade de Acolhimento para pessoas LGBTI+ mostrou que a situação de rua para as travestis e para as mulheres trans é resultado de um conjunto de vulnerabilidades e violações que vão se somando ao longo de suas trajetórias de vida. Foi possível identificar também momentos críticos, passíveis de intervenções pelo poder público, relacionados tanto com a ida para as ruas quanto com a promoção e a garantia de direitos básicos para aquelas que já se encontram nessa situação.

Desta maneira, sugerem-se investimentos em ações que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, com possíveis intervenções

nas questões que geram conflitos familiares e que, potencialmente, levam à saída de casa. A chamada segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio é uma das proteções que a Política de Assistência Social se propõe a afiançar por meio do fortalecimento da função protetiva da família, visando prevenir rupturas de vínculos e situação de riscos relacionados com vários motivos, entre eles, por discriminações de gênero e identidade sexual. Nesse contexto, destaca-se também o desafio para as políticas direcionadas para a juventude alcançarem essas jovens, a fim de favorecer o desenvolvimento de autonomia e posicionamento afirmativo em seus contextos familiares e comunitários. Além disso, a oferta de políticas e programas de formação profissional podem criar alternativas à prostituição e promover a inserção qualificada no mercado de trabalho.

No que tange ao acesso universal e igualitário à saúde, prescritos pela Constituição Federal de 1988, assim como a garantia da integralidade da assistência com equidade e livre de preconceitos e privilégios, este trabalho percebeu lacunas nos atendimentos que vulnerabilizam a saúde desse grupo populacional invisível e discriminado. Pode-se dizer que a invisibilidade das violências em que vivem e estão submetidas é reflexo da ausência de dados oficiais sistemáticos e atualizados sobre esse público, assim como da inexistência de marcos legais para a responsabilização dos agentes perpetradores. Dessa forma, é necessário estabelecer mecanismos para a quebra desse ciclo de violências em que ainda é comum as vítimas serem responsabilizadas pelas agressões que sofrem.

Por fim, pode-se afirmar que os achados deste estudo orientam que as intervenções para a promoção e proteção social de travestis e de mulheres trans em situação de rua deverão envolvê-las ativamente no desenvolvimento das propostas e que as abordagens devem ser personalizadas considerando as singularidades dos sujeitos. Essas demandas extrapolam as políticas de saúde e de assistência social, o que exige um esforço de gestão intersetorial para ofertas coordenadas e articuladas de serviços e ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEDITTI, Marcos Renato. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de

Janeiro: Garamond, 2005.

BAQUERO, Rute. **Empoderamento**: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. Revista debates, v. 6, n. 1, p. 173, 2012.

BENTO, Berenice. **A (re)invenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual.

Rio de Janeiro, 2006.

BUTLER, Judith. **Gênero, trajetórias e perspectivas**. Campinas: Cadernos Pagu, 1998.

Brasil. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil**: ano de 2013. Brasília, DF:Secretaria de Direitos Humanos; 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: **um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2004.

FREURY, Sônia. **O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Lula**. Disponível em: <http://app.ebape.fgv.br/comum/arq/ACFBA0.pdf> - acesso em: 23 ago. 2011

FRANGELLA, Simone. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. São Paulo, 2009.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. Coleção Antropologia em Primeira Mão. PPGAS/UFSC, 1998.

KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

MELLO, L, Brito W, Maroja D. **Políticas públicas para a população LGBT no Brasil**: notas sobre alcances e possibilidades. Cadernos Pagu,2012.

NATALINO, Marco Antonio. **Texto para discussão nº 2246**. Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica,2016.

PETCHESKY, Rosalind Pollack. **Direitos sexuais**: um novo conceito na prática política internacional. In: BARBOSA, Maria Regina; PARKER, Richard. (orgs.) Sexualidades pelo avesso. São Paulo, Editora 34, 1999, pp.15-38.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

PRADO, Marco Aurélio; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Homofobia, hierarquização e humilhação social. Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

ROSA, Aurea. **Mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo: um olhar sobre trajetórias de vida**. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2012.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educa Realidade.1995.

SILVA, Maria Lucia. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.